


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA

Processo nº: **0016472-81.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Slin Comércio de Aparelhos Domésticos Ltda Me**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 10/01/2013, faço estes autos conclusos ao Dr.
 MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta
 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu,
 _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 1715/10

VISTOS.

SLIN COMERCIO APARELHOS DOMÉSTICOS LTDA ME
 ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c. COMINATÓRIA** em
 face do **BANCO DO BRASIL S/A**.

Alega, em síntese, que formalizou com a requerida contrato de
 “operações bancárias” e dentre eles “desconto de títulos”. Os títulos quitados
 eram creditados na conta corrente da empresa, entretanto, os títulos não quitados
 que deveriam ter sido enviados à protesto pelo banco portador não o foram , mas
 os seus valores foram lançados a débito na referida conta; ademais, não ocorreu
 a devolução dos títulos para a requerente tentar receber dos seus clientes
 inadimplentes. Afirma que os títulos e cheques não pagos e lançados em sua


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

conta corrente não eram identificados, sendo apenas lançados com a rubrica “408 CHQ DESC” para identificar os débitos, mas não havia a identificação do título, conforme demonstrado pelo perito judicial em processo movido pelo banco requerido contra a requerente. Afirma, também, que a não devolução dos títulos causou-lhe prejuízo, pois reembolsou o banco requerido pelo valor do desconto, mas não obteve a devolução dos mesmos. Afirma, ainda, que não foi possível a confecção de triplicatas, pois havia o risco de ocorrer dupla cobrança. Notificou o banco na tentativa de obter a devolução dos títulos, mas não obteve resposta. E que os títulos descontados e não pagos pelo sacado, após debitados na conta corrente da requerente são de sua propriedade e devem ser à ela devolvidos para que tome as providências que julgar cabíveis contra os clientes inadimplentes. Requer a exibição nos borderôs de envio de títulos e cheques ao banco e de devolução dos mesmos quando não quitados, desde o início das operações entre as partes, assim como dos extratos de conta corrente com os débitos dos títulos descontados e não quitados, posto que possui apenas alguns documentos que já exemplificam e comprovam a ocorrência dos fatos alegados. Juntou documentos às fls. 05/29.

Devidamente citado, o requerido apresentou sua contestação às fls. 40 e ss, alegando, preliminarmente, ilegitimidade de parte, pois cedeu e transferiu o crédito que possuía com a requerente à empresa ATIVOS S/A, a qual ficou responsável por todos os encargos decorrentes da cessão, passando a ser titular de todos os direitos e obrigações inerentes ao contrato do requerente. No mérito, afirma que: o requerente operava com linhas de Capital de Giro, Desconto de Cheques e Desconto de Títulos (boletos em cobrança). Os lançamentos referentes ao Capital de Giro eram feitos em conta corrente e apareceriam como “empréstimo” (a crédito do cliente) e “capital de giro” (quando a débito do cliente). Os lançamentos referentes ao contrato de Desconto de Cheque eram contabilizados na conta da parte autora com os históricos de “desconto de cheques” (quando a crédito do cliente) e como “cheque descontado” (quando a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

débito do cliente). Os lançamentos referentes ao contrato de Desconto de Títulos eram lançados com os históricos de “desconto de títulos” (quando a crédito do cliente) e como “cobrança” (quando a débito do cliente). Sendo que os lançamentos a débito da conta da requerente para os contratos de Descontos de Cheques e Descontos de Títulos somente ocorriam quando os cheques ou títulos descontados não eram honrados pelos sacados. Tais lançamentos estavam autorizados e firmados via contrato. Afirma que os boletos incluídos na cobrança e passíveis de desconto são de responsabilidade do cliente descontante, não sendo necessária a remessa física desses documentos à agência. Os documentos requeridos na inicial não foram entregues a requerida. Requer a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 44/47 e 49/63.

Instados a produzir provas, o requerente (fls. 67) reforçou o pedido da exordial, quanto à exibição dos demonstrativos e demais documentos. O requerido não se manifestou (cf. certidão de fls. 68).

Em cumprimento ao despacho de fls. 69, o requerente se manifestou às fls. 70/73.

O requerido carrou aos autos documentos às fls. 86/109.

Intimado a carrear aos autos os títulos originais”, o requerido permaneceu inerte (fls. 119, 128).

Declarada encerrada a instrução, as partes não manifestaram interesse na apresentação de memoriais (fls. 130).

É o RELATÓRIO.

DECIDO.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

O autor vem a Juízo pedindo que o requerido seja “compelido a efetuar a exibição dos borderôs de entrega” e ainda devolver os cheques descontados e não pagos em conta corrente, tudo sob pena de não o fazendo pagar uma pena pecuniária do valor de R\$ 100,00 por dia de atraso.

A fls. 86 e ss o requerido exibiu nos autos os “borderôs” para desconto dos títulos colocados em cobrança pela requerente e por ela assinados.

Nos referidos documentos constou expressamente a dispensa da tradição física dos títulos, que se deu, então, pelo modo eletrônico.

Essa dinâmica é, inclusive, explicitada por Nelson Abrão em seu “Direito Bancário”, 13ª Ed., Saraiva, 2010, pag. 174/175:

Assim, e como a autora não fez prova da entrega física não há como impor à ré qualquer devolução.

Com a implementação dos meios magnéticos, o aperfeiçoamento da cibernética e o campo de serventia da informática, passa-se à fase de emissão de títulos que não se corporificam nos documentos cartulares, a exemplo da conceituação ditada por Vivante e retomada por Tullio Ascarelli.

Naturalmente, e como costuma acontecer na modernidade, efeito da desmaterialização que se concentra nos conceitos dos meios eletrônicos, a literalidade, cartularidade e autonomia, por força da circulação, concepções assentes na caracterização dos títulos de crédito perdem a respectiva substância na fenomenologia de um modelo mais coerente com a velocidade dos negócios e dinâmica da vida empresarial.

De fato, o trabalho se concentra na imediata feitura da ordem magnética, que transfere ao banco, na qualidade de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

cessionário, a possibilidade de cobrança, ficando o descontário creditado na sua conta corrente da importância que emblematicamente desenvolve o negócio empresarial.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 678,00.

P.R.I.

São Carlos, 15 de janeiro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**